

FÉ E ENSINO RELIGIOSO: A PERSPECTIVA CRISTÃ DOMINANTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Uipirangi Franklin da Silva Câmara¹

RESUMO

O presente artigo pretende rever, panoramicamente, questões que circularam formal ou informalmente com relação à obrigatoriedade do Ensino Religioso no Brasil. O momento de fundação da discussão são os documentos produzidos no ano de 1997, sobretudo a lei 9475/97. A razão do recorte inicial é que, passados 16 anos, embora tenha acontecido mudanças na Lei, seja possível observar que os argumentos, temores e questionamentos quanto ao tema ainda perduram, apesar dos Estados da Federação terem assumido posturas individuais em relação ao assunto. Essa compreensão se mostra atual quanto aos fundamentos desta discussão. Muito embora inúmeros grupos de pesquisa, associações e até Universidades Públicas tenham se colocado como formadores de professores de Ensino Religioso, o problema epistemológico ainda perdura. .

Palavras Chave: Ensino Religioso, Cristianismo, Sociedade Brasileira, Valores Éticos.

ABSTRACT

This present article aims to panoramically review matters that circulated formally or informally regarding the compulsory of religious education in Brazil. The founding moment of the discussion is the documents produced in 1997, especially the law 9475/97. The reason for this initial cut out is that, past 16 years, although changes in the law have taken place, it's possible to observe that the arguments, concerns and objections about the topic still endures, even though the States of the Federation have assumed individual positions about the subject. This understanding displays itself current in regard to the fundaments of this discussion. Although many research groups, associations and even public universities have put themselves in a position of formers of teachers for Religious Education, the epistemological problem still endures.

Keywords: Religious Education, Christianity, Brazilian Society, Ethical Values.

¹ Doutor em Ciências da Religião, Filósofo, Teólogo. Atua nas Faculdades OPET como professor dos Cursos de Direito e Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A Sociologia Clássica apropriou-se dos tipos ideais desenvolvido por Weber (1989) como modelo paradigmático para estudar a transmissão do poder nas Estruturas Religiosas. Na visão Weberiana a instituição só pode sobreviver com uma ênfase na tradição liderada pela figura do sacerdote. Todas as possíveis mudanças no âmbito institucional são desenvolvidas de forma radical pela intervenção do profeta. Entretanto, quanto ao Ensino Religioso não é possível, pelo menos nos parâmetros vigentes, equiparar a manutenção da tradição como é desejo das Instituições através da figura do professor, já que o mesmo, de acordo com a legislação em vigor, deve favorecer a autonomia e postura crítica de seus alunos, nesse caso, seguindo Weber, atuando como profeta.

A partir desse modelo diversos argumentos foram construídos nos diferentes ambientes religiosos, ora para comprovar a eficácia dos modelos usados pela Sociologia Clássica, ora para recompor ou retomar a partir dos mesmos, caminhos alternativos. Uma observação, no entanto, salta à mente: A maioria dos estudos tem sido realizados dentro dos ambientes religiosos, desde o desenvolvimento da estrutura de poder, valores, até o processo pelo qual acontece a transmissão religiosa (BARREIRA, 2001).

A grande questão que se levanta a partir dessa observação é se Instituições Religiosas no Brasil, mais especificamente a de cunho Cristão, ficaram restritas no que tange aos seus desenvolvimentos apenas no âmbito de seu “interior religioso” ou muito mais que se imagina, a manutenção de seu “status” deu-se por outros meios, fora desse habitat? Ou será que estudos ignoraram o fato de que para as Instituições Cristãs o seu campo de atuação é o mundo? Não seria a “briga” religiosa por fiéis uma tentativa de demarcar territórios? (REILY, 1993; MADURO, 1981)

Uma suspeita de que os grupos cristãos são muito mais criativos que imaginamos pode ser observada na análise da discussão sobre o Ensino Religioso no Brasil nos últimos 16 anos. Grupos Cristãos² no Brasil (católicos, protestantes e evangélicos), de forma velada ou aberta, estão envolvidos numa batalha acirrada em prol da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. A justificativa

² Não é muito fácil definir o campo religioso brasileiro, sobretudo, o que se diferencia do Catolicismo. Para o presente artigo, essa definição arbitrária e parcial cumpre o papel de identifica-os no contexto da discussão proposta. Para maior aprofundamento ver BONINO (1995).

apresentada à sociedade perpassa por dois eixos básicos: Um social, aumento da violência, má-distribuição de renda e suas conseqüências na vida do brasileiro, outro, “religioso”, o país possui maioria cristã.

1. AS INSTITUIÇÕES CRISTÃS E O ENSINO RELIGIOSO

A Lei 9.475³ promulgada em 1977, parte do princípio de que o ensino religioso deve fazer parte integrante da formação básica do cidadão, não diz porque, para por aí. O Conselho Nacional de Educação⁴ ao interpretar o artigo 33⁵ da lei 9394/96, entre outras coisas sem grande importância, diz que as escolas antes de anunciar matrículas para o ensino religioso devem incluí-lo em seu projeto pedagógico, não pode ser obrigatório, não pode ser induzido e principalmente privilegiar determinado grupo religioso. A Lei de Diretrizes Básicas da Educação, no seu artigo 1º, parágrafo 2º diz que a Educação Escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, o que, naturalmente, vale também para o ensino religioso.

O Governo, de certa maneira, faculta ou torna fundamental o ensino religioso, não diz, satisfatoriamente, porque e nem como. Representantes da religião cristã querem obrigatoriedade do ensino religioso, também não convencem, quando dizem o porque e o como. Tem-se um quadro bastante complexo. Não há conflito de interesses entre Governo e Religiões, mais especificamente, religião cristã. O que se percebe é um grande paradoxo. Ora, num momento em que se questionam os paradigmas educacionais, em que se trabalha interdisciplinaridade, educação integral e transformadora, não apenas do ser, mas e também da Sociedade, faz-se mister ambicionar não a obrigatoriedade do ensino religioso e nem tampouco a sua relevância quanto ao aspecto espiritual ou transcendente do homem.

O núcleo do problema, o qual pode expressar-se numa pergunta principal é: Qual a justificativa para tornar obrigatório o ensino religioso no Brasil? Seria convincente dizer que é uma solução para atenuar ou resolver o problema da violência, da má-distribuição de renda, do problema ético? Ora, se numa análise preliminar dos 500 anos de Educação por escolas “cristãs” no Brasil, não se observou nenhuma tentativa mais profunda, nenhum programa pedagógico por parte

³ Lei 9.475/97, artigo 33.

⁴ Parecer nº 05/97, processo nº 23001.000103/97-71.

⁵ Tendo nova redação na lei 9.475/97.

das mesmas, que vislumbrasse um caminho, uma estratégia para mudar ou influenciar esse quadro tão sombrio da sociedade brasileira, que fator novo ou relevante apresentam nesse sentido?

2. LEGITIMIDADE PROFÉTICA OU INSTITUCIONAL:

Em que bases os postulantes mais comprometidos da obrigatoriedade do Ensino Religioso nas escolas podem justificar a sua possível relevância para a sociedade brasileira se tiveram 500 anos para influenciar a distribuição igualitária de rendas, diminuição da violência, compromisso ético, educação ambiental, responsabilidade com o ser humano e não o fizeram (e se fizeram foram tímidos)?

Que tipo de projeto pedagógico as instituições educacionais cristãs, viabilizaram e quais as influências verificadas na sociedade brasileira ao longo de tantos séculos? Onde é possível observá-las?⁶ A preocupação educacional foi puramente à manutenção do *status quo* dominante, numa postura política partidária ou na formação de um projeto pedagógico libertador? Se a resposta apontar para a questão política-partidária, então o que se deve propor não é a obrigatoriedade do ensino religioso, mas o seu completo banimento do sistema escolar brasileiro, já que, pelo menos, violou uma das razões principais do ato de Educar: preparar o cidadão para fazer suas próprias escolhas. Se, pelo contrário, admitir-se que houve um projeto pedagógico libertador, então a questão novamente não é de obrigatoriedade de ensino religioso, mas de uma reforma de valores desse ensino, já que 500 anos de educação não produziu nenhuma mudança ética e nem social significativa no Brasil. O projeto pedagógico do ensino cristão precisaria então se despir dos aspectos institucionais e ter o seu foco num referencial ético, responsável, integral e transformador, visando preparar o cidadão brasileiro para a vida.

Existe uma longa história de presença na Educação por Colégios de Orientação Confessional Cristã, começando pela influência dos Jesuítas a partir do Brasil colônia, perpassando pelo Império Luso-Brasileiro com as influências e reformas do Marquês de Pombal, tendo sua continuidade verificada na crise de 1870-1889 já no Brasil império e sob a influência do positivismo, na construção da República, nas

⁶ Não se desconsidera nessa discussão a ausência de contribuições sociais de tais grupos, o foco é o argumento principal utilizado para justificar a obrigatoriedade do Ensino Religioso.

reformas liberais, na transição da República Velha para a Oligarquia, na análise do período do estado Novo e finalmente no último período compreendido a partir da implantação da ditadura.

A relevância do tema proposto se dá no fato do Brasil, com uma população bem perto, proporcionalmente, dos 200 milhões⁷ de pessoas, ter como religião predominantemente o cristianismo com quase 160 milhões de adeptos entre cristãos nominais, católicos, evangélicos e protestantes, associado ao fato de que enquanto cristianismo, suas escolas estão presentes no Brasil há quase quinhentos anos, sendo, portanto um arquivo histórico muito rico no aspecto educacional.

Algumas perguntas podem ser importantes para identificação da legitimidade dessa discussão, entre estas, podem-se destacar: a) Qual o papel que as Instituições Educacionais desempenharam ao longo dos 500 anos do Brasil, quanto às questões sociais e culturais? b) Que tipo de influências estas Instituições sofreram? c) Houve alguma contribuição efetiva das Instituições Educacionais Cristãs para uma pedagogia libertadora? d) Que tipos de influências as Instituições Educacionais cristãs tiveram na formação de seu projeto pedagógico? E, e) Até que ponto é relevante a luta por um ensino religioso obrigatório no Brasil?

Como argumentos contrastantes às perguntas apontadas, a título de permitir um aprofundamento da discussão, de forma provisória pode-se apresentar as seguintes respostas: a) As Instituições Educacionais Cristãs não produziram nenhuma reforma significativa no Brasil, enquanto instituições educacionais cristãs; b) Embora tenham valores como a sua razão de ser, as Instituições Educacionais Cristãs contribuíram para a manutenção do *status quo* nos diversos períodos da história no Brasil; c) Embora advoguem qualquer projeto pedagógico libertador no Brasil, a realidade da cultura e da sociedade Brasileira, mostra justamente o contrário; d) Os Cristãos no Brasil são o grupo que, de posse de seus valores, e com um projeto pedagógico sério, poderiam ser o canal usado para a viabilização das reformas sociais no Brasil, motivadas pelo compromisso com o ser humano, com o ideal da liberdade e com a vida Integral tão pregada e vivida pelo seu mais ilustre representante: Jesus Cristo, e que na verdade não fizeram porque esse não era o seu interesse prioritário. (BENCOSTA, 1996; MENDONÇA, 1984; MESQUIDA, 1994)

⁷ O último censo realizado em 2011 apontou uma população de 194 milhões.

3 ENSINO RELIGIOSO PROPOSTA DE MUDANÇA OU MANUTENÇÃO?

Uma vez que a princípio, não se observa de forma clara⁸ uma presença do Ensino Religioso como fator modificador da cultura. Isso por razões históricas e até estruturais. O ensino religioso, em sua grande parte, foi direcionado para o eixo institucional, histórico e doutrinário. Sendo assim inócuo. Sem razão de ser enquanto modelo pedagógico libertador.

Por que empunhar a bandeira do ensino religioso como vital à diminuição da violência, distribuição igualitária de rendas quando uma parcela da sociedade se ressentida da ausência de instituições cristãs, através de participação e diálogo, quanto a construção de um projeto pedagógico libertador?

3.1 UM MODELO PEDAGÓGICO LIBERTADOR

Numa análise superficial, é possível suspeitar de que a questão não seja a obrigatoriedade do ensino religioso ou não, e sim um desafio à religião cristã no sentido de que componha com a sociedade um projeto pedagógico libertador.

Maurício da Silva (1977) em seu livro **Violência nas Escolas, Caos na Sociedade** aborda a questão acima dizendo o seguinte:

(...) A escola que aí existe trata de maneira igual alunos que são desiguais, por encontrarem em situação desigual. Não leva em conta o cotidiano do aluno, nem sua contextualização, marcados por diferenças culturais e materiais gritantes, ditados pela injustiça social emergente da ordem econômica, etc. (...) A contextualização cultural divisiona os alunos em dois tipos: o aluno pobre que não sabe nada, não possui nada de positivo; seus valores, seus anseios e a sua comunicação não são valorizados; e o aluno de classe média, que tem uma boa bagagem cultural, onde a escola se torna para ele apenas um prolongamento natural da sua casa. Porém, se a escola não é democrática na sua prática cotidiana, como poderá formar um cidadão íntegro, ético, para compor uma sociedade verdadeiramente democrática? Como poderemos atingir a plenitude democrática, se lá no local onde devemos aprender lições de democracia há uma instituição que ideologicamente ceifa aos pobres as oportunidades de participação nas tomadas de decisões, nos destino do país, ao excluí-los de suas fileiras, ao negar-lhes o saber elaborado? (...) Para início de uma educação libertadora, rumo a uma sociedade humanamente solidária, é preciso que haja uma profunda reflexão por todos os envolvidos no sistema

⁸ Não se ignora que possam ter ocorridos mudanças pontuais, ou resultados significativos em menor escala. Nem tampouco, que inúmeros pesquisadores estejam tentando reverter esse quadro, tanto a nível teórico, trabalhando fundamentos, quanto no nível prático, como capacitando professores para que entendam tal necessidade a partir de outros fundamentos. Um bom exemplo disso pode ser observado no GPER (Grupo de Pesquisa sobre Ensino Religioso) e na atuação do professor Sérgio Junqueira da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

escolar acerca do papel do professorado, do lugar onde está inserido e de uma modificação de sua conduta dentro da sala de aula; deixando de estar a serviço do sistema, para sempre se colocar a serviço do ente social do sistema. Esse novo modelo de escola antiviolença, voltada para a construção da emancipação do desvalido social, passa por uma crítica da instituição escolar, levando os educadores ao interesse de outras dimensões de ensino, de uma pedagogia revolucionária, mais participativa, mais criativa, democrática e libertária. (...) Em razão do atrelamento da escola aos interesses dos grupos que dominam a vida social, cultural e econômica da nação, e por legitimar as diferenças sociais, o sistema escolar não oferece educação e não forma ninguém. Pois, segundo os grandes educadores: "Educação é tudo aquilo que fica inserido na alma do estudante, após haver saído da escola, e ter esquecido tudo o que ali se aprendeu."⁹

Ao falar em diálogo, fala-se em uma atitude de abertura (STRECK, 1995). Em disposição para mudar. E um dos paradigmas que precisam ser quebrados é justamente a idéia de que o mundo é uma extensão, um braço institucional da Igreja.

Um projeto pedagógico libertador precisa vislumbrar o ser humano (BOFF & BOFF, 1979), mas também a estrutura. Ambos clamam por libertação. A violência, por exemplo, não se concentra apenas nas pessoas e em suas atitudes, está enraizada nas estruturas e essas precisam ser depuradas, transformadas, libertas. Inclusive as cristãs. Nasce aí a necessidade da profecia. Sem profeta não há mudanças significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, mesmo fincando sua bandeira desde o descobrimento e com uma experiência educacional de quase 500 anos (NISKIER, 1989), embora tenha dado sua contribuição social, enquanto Instituição Educacional não ofereceu ao país um projeto pedagógico que visasse as transformações que ora reclama e diz poder resolver com o ensino religioso obrigatório. Essas mudanças não puderam ocorrer porque nunca foram previstas, pelo menos como prioridade. (FREYRE, 1987; GALEANO, 1991; HOLANDA, 1988)

A análise que proposta até aqui, ainda que muito superficial, aponta algumas características, como por exemplo, desigualdades, corrupção, dependência, falta de solidariedade que batem frontalmente com a proposta do cristianismo. Pelo menos isso deve nos levar a uma reflexão, dentre muitas. A religião cristã insistiu na preparação do individuo para servir a Igreja enquanto estrutura. Para respirar

⁹ Violência nas Escolas, 1977. cap.3

liturgia, para pensar no céu, para deixar o mundo nas mãos do mundo e o tesouro em Roma.

É fundamental entender que o Ensino Religioso, como advogado em termos de projeto público, precisa preparar o cidadão para o mundo. Perpetrado por uma escola confessional ou não, deve contemplar o ser humano em sua integralidade (vislumbrar sua transcendência), mas traduzir isso em uma ação que vise a igualdade social, justiça, equilíbrio ecológico, valores claros e definidos, estabelecendo assim, um projeto educacional libertador. Este aspecto da manutenção do status religioso no Brasil transcende qualquer caráter de legitimação institucional esperada e aceita em qualquer círculo da sociedade como normal, assumindo uma face cruel dos muitos caminhos que podem ser tomados para colocar a Instituição muito acima do que foi “instituído”.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco et al. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ALVES, Rubem Azevedo. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo – A formação do pensamento batista brasileiro**. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

BARREIRA, Paulo Rivera. **Tradição, transmissão e emoção religiosa-sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina**. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Ide por todo o mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892**. Campinas-SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BEOZO, José Oscar. **História da Teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

BOFF, Leonardo e Clodovis Boff. **Da Libertação-O teológico das Libertações Sócio-Históricas**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BONINO, José Miguez. **Los rostros del protestantismo latino-americano**. Buenos Aires: William B. Erdmans: Nueva Creación, 1995.

FERREIRA, Júlio Andrade. **Historia da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala-formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOCH, Lothar. **Formação teológica em terra brasileira**. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio: 1988.

KILPP, Nelson. **A interdisciplinaridade entre a teologia e as várias ciências**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1996.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: JUERP, 1981.

MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATEUS, Odair Pedroso. **Situação da educação teológica**. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1989.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir – A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de história, 1.500-2.000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIM, Antonio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo; Ed. USP, 1974.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

STRECK, Danilo R. **Educação e igrejas no Brasil – um ensaio ecumênico**. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

SILVA, Maurício. **Violência nas escolas, caos na sociedade**. Rio de Janeiro: Evirt, 1977.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Idéias Religiosas no Brasil**. São Paulo: GRIJALBO, 1968.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. 6^a. ed. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989.